

NOME _____ INSCRIÇÃO _____

PORTUGUÊS

Leia o texto abaixo para responder as questões 01 a 03.

A importância da leitura

A leitura é uma das atividades mais importantes para o desenvolvimento intelectual e cultural do ser humano. Por meio da leitura, podemos ampliar nossos horizontes, conhecer novas ideias, aprender com as experiências alheias, desenvolver o senso crítico, a criatividade e a expressão. Além disso, a leitura é uma forma de lazer, de entretenimento, de relaxamento e de prazer.

No entanto, muitas pessoas não têm o hábito de ler, seja por falta de tempo, de interesse, de acesso ou de incentivo. Essas pessoas perdem a oportunidade de se beneficiar dos inúmeros benefícios que a leitura pode proporcionar. Por isso, é importante que desde cedo as crianças sejam estimuladas a ler, por meio de exemplos, de livros adequados à sua faixa etária, de atividades lúdicas e de espaços de leitura.

Ler é uma forma de se conectar com o mundo, de se comunicar com os outros, de se conhecer melhor e de se transformar. Quem lê, não só adquire mais conhecimento, mas também se torna mais sensível, mais crítico, mais criativo e mais feliz.

01. Qual é a tese defendida pelo autor do texto?

- a) A leitura é uma atividade essencial para o ser humano
- b) A leitura é uma atividade prazerosa para o ser humano
- c) A leitura é uma atividade difícil para o ser humano
- d) A leitura é uma atividade opcional para o ser humano

02. Quais são os argumentos utilizados pelo autor para sustentar sua tese?

- a) A leitura proporciona desenvolvimento intelectual e cultural, lazer, entretenimento, relaxamento e prazer
- b) A leitura possibilita a conexão com o mundo, a comunicação com os outros, o autoconhecimento e a transformação
- c) A leitura favorece o aumento do conhecimento, a sensibilidade, o senso crítico, a criatividade e a felicidade
- d) Todas as alternativas anteriores.

03. Durante a reunião anual da Associação Brasileira de Linguística, os membros discutiram intensamente sobre as nuances da concordância nominal na língua portuguesa. A presidente da associação, uma renomada linguista, apresentou uma série de frases para análise. Qual das seguintes frases está correta quanto à concordância nominal?

- a) É necessário e imprescindível cautela e atenção aos detalhes para não cometermos deslizes gramaticais.
- b) Os participantes estavam bastante animados e satisfeitos com os resultados obtidos na pesquisa.
- c) Ficaram proibido o uso de termos coloquiais e a presença de jargões técnicos nos artigos submetidos.
- d) A palestrante trouxe várias exemplos e situações práticas para ilustrar a teoria exposta.

04. Relacione a segunda coluna de acordo com a primeira, associando os tipos de sujeito e predicado apresentados nas frases.

- | | |
|---|-----------------------------|
| A – A tempestade chegou furiosa. | 1 – Sujeito simples |
| B – Choveu muito durante a noite. | 2 – Predicado verbo-nominal |
| C – Os alunos e o professor discutiram a matéria. | 3 – Sujeito oculto |
| D – Eu canto. | 4 – Predicado nominal |
| | 5 – Sujeito inexistente |
| | 6 – Predicado verbal |

- a) A4 - B5 - C1 - D3
b) A2 - B5 - C1 - D6
c) A6 - B5 - C3 - D1
d) A4 - B5 - C6 - D3

05. Leia o trecho abaixo:

- Papai, alma tem mão? – perguntou um dia um garoto a seu pai.
- Deve ter sim. Por quê? – respondeu o pai, com um olhar distraído.
- Porque quando eu morrer quero levar um queijo para Deus.

Nesse texto, o termo “um” aparece quatro vezes. Ele só não pode ser interpretado apenas como artigo em:

- a) “um dia”.
b) “um queijo”.
c) “um olhar”.
d) “um garoto”.

06. Complete as lacunas das frases abaixo com a preposição correta, de acordo com as regras de regência verbal e nominal e assinale a alternativa com a sequência exata.

- I. Ele sempre ____ seus pais com muito respeito.
II. O aluno ____ o professor sobre o tema da pesquisa.
III. A população ____ necessidade de mais hospitais.
IV. O diretor ____ aos funcionários novos benefícios.

- a) obedece - perguntou - tem – prometeu;
b) obedece a - perguntou a - tem - prometeu a;
c) obedece - perguntou - tem a – prometeu;
d) obedece a - perguntou ao - tem - prometeu aos;

07. Qual alternativa apresenta correta concordância verbal, de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa?

- a) As ações dos dirigentes políticos para que a tecnologia afete positivamente a população parecem crescer cada vez mais nas sociedades modernas do século XXI.
b) Em algumas instituições, concentram-se cérebros responsáveis por estabelecer os novos parâmetros da sociedade da informação, essenciais ao debate público sobre desenvolvimento.
c) Tem gerado consequências indiscutíveis no processo educacional o desenvolvimento tecnológico dos países que investem em pesquisas avançadas na área de informática.
d) Busca-se, nos países industrializados, espírito empreendedor para que os avanços na produção e na transmissão de informação beneficiem uma grande parcela da população mundial.

08. Para que a frase abaixo, esteja correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- Elas sempre se _____ em pormenores que não interessam nada, _____, após minhas explicações, eles também _____ que foi a melhor opção.
- a) detem ... mais ... creêm.
b) deteêm ...mas ... crêm.
c) detém - más ... creem.
d) detêm, mas, creem.

09. Preencha as lacunas das seguintes frases com a opção que indica o uso correto da crase, considerando as nuances da língua portuguesa.

- I. As alunas foram _____ escola que fica _____ duas quadras daqui.
II. Prefiro viajar _____ noite _____ ter que enfrentar o trânsito do dia.
III. Entreguei o relatório _____ diretora que estava _____ sala ao lado.
- a) à - à - à - à - à - à
b) à - a - a - a - à - a
c) a - a - à - a - a - à
d) a - à - à - à - à - a

10. Leia o texto a seguir e escolha a opção que completa corretamente as lacunas, de acordo com as regras de acentuação gráfica.

Em uma pequena vila, havia uma biblioteca antiga que guardava os mais raros e _____ livros. Um dia, um jovem _____ pela leitura, decidiu explorar esse lugar em busca de conhecimento. Ele se deparou com palavras que nunca tinha visto antes, como “ímpar” e “fácil”. Intrigado, ele perguntou ao bibliotecário, um senhor muito _____ e sábio, sobre as regras de acentuação dessas palavras. O bibliotecário explicou que as palavras são acentuadas para indicar a sílaba _____ e ajudar na correta pronúncia delas.

- a) preciosos - ávido - bondoso - tônica
b) preciosos - ávido - bondoso – tonica
c) preciosos - ávido - bondôso - tônica
d) preciosós - ávido - bondoso - tônica

INFORMÁTICA

11. Analise as informações abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O sistema Android é multiusuário e multitarefa.
II. Os sistemas móveis mais usados e conhecidos atualmente são o Android e o Windows Mobile.
III. O Android SDK é uma versão Premium do sistema mobile só encontrado em dispositivos de alto processamento

Está correto:

- a) Apenas I está correta
b) I e II estão corretas
c) II e III estão corretas.
d) Todas estão corretas.

12. A segurança da informação está intimamente ligada às seguintes propriedades:

- a) Atributos de Autenticidade, Não Repúdio e Irretratabilidade
- b) Atributos Confidencialidade, disponibilidade e Integridade
- c) Disponibilidade, Integração e Confidencialidade
- d) Legalidade, Utilização e Confidencialidade

13. Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet/Intranet.

- I. Intranet é uma rede privada que se baseia na mesma tecnologia da Internet, mas que é utilizada para agilizar e incrementar a comunicação e a produtividade dentro de uma empresa.
- II. Duas Intranets podem ser interligadas por meio de uma VPN.
- III. O comércio eletrônico é normalmente definido como a arte ou técnica de vender produtos elétricos ou eletrônicos por meio de redes interconectadas que utilizam tecnologias baseadas em rede.
- IV. No comércio eletrônico seguro, os parceiros comerciais devem utilizar apenas suas Intranets para trocarem informações e realizarem transações seguras.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I e III.

14. Nomenclatura usada para se referir aos e-mails não solicitados, que geralmente são enviados para muitas pessoas.

- a) HOAX
- b) Phishing
- c) Spam
- d) DDoS

15. Técnica na qual um golpista procura induzir uma pessoa a fornecer informações confidenciais ou a realizar um pagamento adiantado, com a promessa de futuramente receber algum tipo de benefício. Assinale a opção que apresenta o nome dessa técnica.

- a) Golpe da Nigéria
- b) Phaming
- c) Scan
- d) Hoax

RACIOCÍNIO LÓGICO

16. O número inteiro N dividido por 7 deixa resto 3. O número N + 50 dividido por 7 deixa resto:

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 4.

17. Dizemos que um número inteiro é “soteropolista” quando todos os seus algarismos são ímpares e o número é divisível pelo seu algarismo das unidades.

Considere as afirmativas:

- I. 73 é um número “soteropolista”.
- II. 35 é um número “soteropolista”.
- III. 63 é um número “soteropolista”.

É correto concluir que:

- a) todas são verdadeiras.
- b) apenas II é verdadeira.
- c) apenas I e II são verdadeiras.
- d) apenas II e III são verdadeiras.

18. Em certo jogo, há fichas de apenas duas cores: brancas e pretas. Em cada uma das cores, algumas fichas são quadradas e as outras são redondas. Ronaldo está nesse jogo e, em certo momento, a quantidade de fichas que possui é tal que:

- 60% das suas fichas são brancas.
- 25% das suas fichas quadradas são pretas.
- 70% das suas fichas pretas são redondas.

Em relação ao total de fichas de Ronaldo, a porcentagem de fichas redondas brancas é de:

- a) 18%.
- b) 24%.
- c) 32%.
- d) 36%.

19. Uma herança de R\$ 82.000,00 será repartida de modo inversamente proporcional às idades, em anos completos, dos três herdeiros. As idades dos herdeiros são: 2, 3 e x anos. Sabe-se que os números que correspondem às idades dos herdeiros são números primos entre si (o maior divisor comum dos três números é o número 1) e que foi R\$ 42.000,00 a parte da herança que o herdeiro com 2 anos recebeu. A partir dessas informações o valor de x é igual a:

- a) 7.
- b) 5.
- c) 11.
- d) 1.

20. Considere verdadeiras as afirmações abaixo.

Ou Bruno é médico, ou Carlos não é engenheiro.
Se Durval é administrador, então Eliane não é secretária.
Se Bruno é médico, então Eliane é secretária.
Carlos é engenheiro.

A partir dessas afirmações, pode-se concluir corretamente que:

- a) Eliane não é secretária e Durval não é administrador.
- b) Bruno não é médico ou Durval é administrador.
- c) se Eliane não é secretária, então Bruno não é médico.
- d) Carlos é engenheiro e Eliane não é secretária.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No contexto dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, os remédios constitucionais se destacam como instrumentos essenciais à proteção dos direitos individuais e coletivos. Esses mecanismos jurídicos são projetados para assegurar o exercício pleno das liberdades fundamentais, enfrentando violações ou ameaças a direitos. Cada um possui características próprias, destinadas a sanar especificidades das violações de direitos. Nesse sentido, é fundamental conhecer a natureza jurídica, os requisitos e as particularidades aplicáveis a cada um desses instrumentos. Diante disso, é pertinente questionar: Qual das seguintes afirmações sobre os remédios constitucionais está **CORRETA**?
- A ação popular tem natureza civil coletiva, é isenta de custas e é impetrado originalmente pelo Ministério Público.
 - O habeas data tem natureza civil, é não gratuito e prescinde de assistência advocatícia.
 - O habeas corpus tem natureza penal, é isento de custas e não há necessidade de advogado para sua impetração.
 - O mandado de segurança tem natureza civil, é isento de custas e é cabível apenas contra atos discricionários de autoridades.
22. A Lei nº 8.666/93 trata de normas sobre licitações e contratos administrativos. Dentro deste marco regulatório, a modalidade de concorrência destaca-se pela sua abrangência e pela exigência de requisitos minuciosos de habilitação, permitindo a participação de qualquer interessado que atenda às condições estabelecidas no edital. Existem situações específicas nas quais a lei determina a utilização da concorrência como modalidade de licitação obrigatória, independentemente do valor do contrato, visando assegurar a transparência e a obtenção das condições mais vantajosas para a administração. Neste contexto, considerando as disposições da Lei nº 8.666/93 sobre os casos em que a concorrência é obrigatória, avalie as opções a seguir e identifique aquela que **NÃO** apresenta uma situação em que a concorrência é exigida, independentemente do valor do contrato:
- Contratos de parceria público-privado.
 - Concessão de serviço público.
 - Registro de preços, quando não cabível o pregão.
 - Compra ou alienação de bens imóveis, inclusive quando derivado de procedimentos judiciais.
23. Dentro do âmbito do Direito Penal, os crimes contra a Administração Pública ocupam um lugar de especial relevância, dado o impacto que tais delitos têm sobre a integridade das instituições e a confiança que o cidadão deposita em seus representantes e servidores públicos. Entre esses delitos, encontra-se o ato de solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, ou aceitar a promessa de tal vantagem, em razão da função pública que exerce ou virá a exercer. Este tipo de conduta desonesta mina os alicerces da administração pública e corrompe o sistema de governança, exigindo, por isso, uma resposta firme e inequívoca por parte do sistema de justiça criminal. Considerando a gravidade dessas ações e a necessidade de classificá-las adequadamente dentro do espectro de crimes contra a Administração Pública, é importante analisar as características que definem cada um desses delitos, a fim de identificar corretamente a conduta delituosa descrita. Com base nesse entendimento, examine as opções a seguir e determine qual delas corresponde ao crime cometido por aquele que aceita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:
- Peculato
 - Corrupção passiva
 - Excesso de Exação
 - Concussão

24. No contexto jurídico-administrativo, a intervenção do Estado na propriedade privada é um instrumento necessário para a realização de políticas públicas, assegurando o cumprimento de funções sociais, a preservação do patrimônio cultural e a garantia do bem-estar coletivo. Enquanto algumas modalidades implicam na transferência da propriedade para o Estado ou na imposição de limitações ao uso do bem, outras apenas restringem temporariamente certos direitos de propriedade em favor de interesses públicos prioritários. A relação entre o direito de propriedade e as necessidades da coletividade é, portanto, mediada por essas intervenções estatais, que devem sempre observar os princípios da legalidade, da necessidade, da proporcionalidade e da justa indenização, quando cabível. Diante desse panorama, é fundamental compreender a natureza e os fundamentos das diferentes modalidades de intervenção do Estado na propriedade privada para identificar as características que as definem. Com base nesse entendimento, analise as assertivas a seguir e assinale aquela que **NÃO** corresponde a uma modalidade de intervenção restritiva do Estado na propriedade:
- Desapropriação.
 - Requisição.
 - Servidão administrativa.
 - Tombamento.
25. João planeja comprar cotas em da Construtora 2BKV e, para isso, considera associar-se a Pedro, que é engenheiro civil, sócio da Construtora 2BKV e atua na área a mais de 10 anos. Para garantir a viabilidade e a integridade fiscal do negócio, João solicita que Pedro forneça uma Certidão Negativa de Débitos (CND) atualizada da Construtora 2BKV. João sabe que as pendências podem impactar diretamente a operação da futura empresa, especialmente no que tange à obtenção de financiamentos, participação em licitações e credibilidade no mercado. Ao receber a certidão de Pedro, João busca entender exatamente o que aquela documentação representa em termos fiscais e legais, para assegurar que não haverá surpresas negativas que possam comprometer a parceria ou o funcionamento do negócio. No contexto apresentado, a Certidão Negativa de Débitos (CND) fornecida por Pedro indica qual das seguintes situações?
- Inexistência de processos judiciais contra o titular.
 - Inexistência de débitos tributários em aberto.
 - Conformidade com as normas ambientais.
 - Adimplência com as contribuições sindicais.
26. Durante a inspeção de uma obra em andamento para um novo condomínio vertical em sua jurisdição, um fiscal de posturas municipais identificou várias violações das normas de construção. O construtor, ao perceber que suas infrações seriam relatadas, propôs ao fiscal uma unidade no edifício assim que fosse finalizado, sugerindo que em troca, o fiscal deveria ignorar as irregularidades encontradas. O fiscal concordou com o acordo e interrompeu a fiscalização, não reportando as infrações. Contudo, antes que o edifício fosse concluído e o apartamento transferido, a transação foi descoberta por uma investigação interna da administração municipal. Identifique a alternativa correta sobre a conduta do servidor municipal:
- O servidor cometeu o crime de corrupção passiva.
 - O servidor não cometeu nenhum delito, pois a infração só seria consumada após o recebimento do apartamento.
 - O servidor não cometeu nenhum crime, pois a situação configura um crime impossível devido à ineficácia absoluta do meio.
 - O servidor cometeu o crime de corrupção passiva, mas apenas na forma tentada.

27. Analisando as assertivas sobre bens públicos, temos:

- I. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto mantêm sua destinação. O uso desses bens pode ser gratuito ou oneroso, a depender do que for determinado pela legislação da entidade administrativa responsável.
- II. Constituem bens públicos os de uso comum do povo, como rios, mares, estradas, praças, bem como prédios ou terrenos utilizados pela administração pública direta e indireta, em qualquer esfera governamental.
- III. Excetuando-se os bens públicos dominicais, aqueles de uso comum do povo e os de uso especial não estão sujeitos à usucapião, em virtude de sua natureza e destinação pública.

Dentre as afirmativas fornecidas:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.

28. A respeito do sigilo profissional estabelecido pela Lei nº 8.906/94, é correto afirmar que:

- a) O advogado pode quebrar o sigilo profissional se considerar o conteúdo das informações relevante para o interesse público.
- b) O sigilo profissional é restrito aos casos judiciais, não se aplicando às consultorias jurídicas.
- c) O advogado é obrigado a guardar sigilo, mesmo após o fim da causa, sobre o que soube em razão de seu ofício.
- d) A violação do sigilo profissional é infração ética, mas não acarreta consequências penais para o advogado.

29. De acordo com a Lei nº 6.766/1979, que regula o Parcelamento do Solo Urbano, o parcelamento de terrenos não é permitido, a menos que se cumpram as normas das autoridades pertinentes, em áreas que possuam inclinação superior a:

- a) 50% (cinquenta por cento).
- b) 15% (quinze por cento).
- c) 25% (vinte e cinco por cento).
- d) 30% (trinta por cento).

30. Considerando o que está estipulado na Constituição Federal de 1988 sobre os servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) Para assumir um cargo ou emprego público é necessária a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e complexidade do cargo ou emprego, conforme estabelecido por lei. Isso não se aplica aos cargos em comissão declarados por lei de livre nomeação e exoneração.
- b) Os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público serão definidos por um ato do Chefe do Poder Executivo.
- c) A proibição de acumulação de cargos não se aplica a servidores ou empregados de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, bem como sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- d) As funções de confiança, que devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, e os cargos em comissão, destinados a serem ocupados por servidores de carreira em determinadas condições e percentuais mínimos conforme a lei, visam somente ao exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- 31. A Prefeitura de um município maranhense, buscando a aquisição de novos computadores para as escolas municipais, iniciou um processo de licitação seguindo as normativas da Lei nº 14.133/2021. A Prefeitura buscou garantir que o processo fosse conduzido de forma transparente e justa, proporcionando a melhor relação custo-benefício para a administração pública e evitando qualquer tipo de favoritismo ou discriminação. Identifique qual princípio listado abaixo NÃO é contemplado pela Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) conforme o contexto:**
- a) Segregação de funções.
 - b) Dispensabilidade.
 - c) Proporcionalidade.
 - d) Razoabilidade.
- 32. Joana, residente em um Município da região Sul Estado do Maranhão, ajuizou uma ação cível contra a Prefeitura solicitando a anulação de um ato administrativo que ela alegava ter prejudicado seus direitos como cidadã. Ela argumentou que a ação da prefeitura foi ilegal e exigiu uma revisão judicial. O Município, em sua defesa, alegou preliminar de coisa julgada. Com base no estudo de caso apresentado, identifique a natureza da decisão:**
- a) Uma sentença sem julgamento de mérito.
 - b) Uma decisão interlocutória.
 - c) Uma sentença de improcedência do pedido.
 - d) Uma sentença com julgamento de mérito.
- 33. De acordo com a Lei nº 14.133/21, que estabelece normas para licitações e contratos da administração pública, assinale a opção que NÃO reflete um princípio aplicável às compras públicas conforme essa legislação:**
- a) A padronização deve seguir a compatibilidade de especificações técnicas, estéticas ou de desempenho.
 - b) A necessidade de padronização em estrita aderência ao catálogo eletrônico oficial, atendendo a critérios de qualidade, eficiência, compatibilidade, durabilidade e segurança.
 - c) O parcelamento do objeto deve ser adotado quando isso for tecnicamente possível e oferecer vantagem econômica.
 - d) O impedimento ao parcelamento do objeto em casos onde a padronização ou escolha de marca conduza à indicação de um único fornecedor.
- 34. Carlos é proprietário de um imóvel urbano localizado em um município maranhense, onde ele reside com sua família. Anualmente, ele recebe da Prefeitura Municipal o carnê para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo à sua propriedade. Identifique a modalidade de lançamento do IPTU que ocorre nesse cenário:**
- a) Lançamento por colaboração.
 - b) Lançamento indireto.
 - c) Lançamento por declaração.
 - d) Lançamento de ofício.

35. O Ministério da Fazenda lança uma proposta para reformar o sistema de arrecadação tributária, visando a desburocratização e a eficiência na gestão dos créditos tributários. A proposta central é a implementação de uma nova regulamentação que permita a extinção automática de créditos tributários de pequeno valor, reconhecendo que o custo administrativo para a cobrança desses valores muitas vezes supera o próprio montante a ser arrecadado. No entanto, essa inovação legislativa gera um debate acalorado entre especialistas em direito tributário, que começam a analisar as modalidades de extinção de créditos tributários previstas no Código Tributário Nacional (CTN) para avaliar a conformidade da medida proposta com o ordenamento jurídico vigente e discutir suas implicações práticas.

Nesse contexto, destaca-se a discussão sobre os modos de extinção do crédito tributário que não dependem diretamente do adimplemento pelo devedor. Diante da iniciativa do Ministério da Fazenda, qual das seguintes modalidades representa um meio de extinção do crédito tributário que não necessariamente depende de uma ação de pagamento pelo contribuinte?

- a) Compensação
- b) Consignação em pagamento
- c) Transação
- d) Decadência

36. Um município necessitou adquirir uma grande quantidade de alimentos perecíveis para atender a uma demanda emergencial nas escolas públicas locais devido a um inesperado aumento no número de alunos. O tempo para realizar um processo licitatório tradicional poderia comprometer o abastecimento necessário para garantir a continuidade da oferta adequada de refeições. Diante desse cenário, a administração municipal avaliou as opções legais sob a Lei nº 14.133/21 para agilizar a compra dos gêneros alimentícios necessários, considerando as peculiaridades dos produtos perecíveis e a urgência da situação. Baseando-se no cenário apresentado, assinale a alternativa correta conforme a Lei nº 14.133/21:

- a) A administração municipal não precisa realizar licitação para compras abaixo de R\$ 200 mil, pois essa situação se enquadra como licitação dispensável.
- b) É possível dispensar a licitação para aquisição emergencial de alimentos enquanto se espera a conclusão de um processo licitatório já iniciado.
- c) O diálogo competitivo seria a modalidade de licitação mais indicada para essa situação específica.
- d) A compra de produtos hortifrutigranjeiros e outros alimentos perecíveis se enquadra na categoria de licitação dispensada, portanto, a administração deveria optar pela contratação direta.

37. Um grupo de cidadãos de uma pequena cidade descobriu que um complexo industrial local estava despejando resíduos químicos em um rio próximo, causando sérios danos ambientais e colocando em risco a saúde da população. Após várias tentativas de solucionar o problema diretamente com a empresa e as autoridades locais sem sucesso, o grupo decidiu buscar uma solução judicial. Eles se informaram sobre as possibilidades de ação e descobriram que a ação civil pública poderia ser uma ferramenta adequada para enfrentar o problema coletivo e buscar uma reparação efetiva. Com base no cenário apresentado, assinale a alternativa correta a respeito da ação civil pública:

- a) Ação civil pública não pode ser utilizada para tratar de questões tributárias.
- b) O foro adequado para ajuizar a ação civil pública é o do local onde ocorreu o dano ambiental.
- c) A ação civil pública pode resultar em condenações para pagamento em dinheiro ou para que se realize ou se abstenha de realizar certas ações.
- d) Apenas o Ministério Público, a Defensoria Pública e entidades governamentais têm legitimidade para propor ação civil pública.

38. Dois Estados localizados na República Federativa do Brasil, propuseram a criação de um novo estado a partir da união de partes de seus territórios. Esse processo exigiu a realização de um plebiscito entre as populações diretamente interessadas e a aprovação do Senado Federal. Ao mesmo tempo, discussões foram levantadas sobre a criação de novos municípios dentro desses estados e a necessidade de plebiscitos e estudos de viabilidade para esses processos.

Analise as afirmativas abaixo em relação à organização político-administrativa do Brasil:

- I. A República Federativa do Brasil é formada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, todos possuindo autonomia entre si.
- II. O Distrito Federal, onde se localiza Brasília, a Capital Federal, possui estrutura equivalente à de um município, com câmara de vereadores e prefeito.
- III. A criação, transformação em Estado, ou reintegração de Territórios Federais à União é regulamentada por emenda constitucional.
- IV. Estados podem se fundir, dividir ou desmembrar para se juntar a outros ou formar novos Estados ou Territórios Federais, com a condição de aprovação via plebiscito da população interessada e do Senado Federal, por meio de lei ordinária.
- V. Municípios podem ser criados, incorporados, fundidos ou desmembrados mediante lei federal ordinária, requerendo consulta prévia por plebiscito à população dos municípios afetados.

Com base no estudo de caso apresentado e nas afirmações acima, indique as corretas:

- a) I, III e IV.
- b) I e IV.
- c) I, III, IV e V.
- d) III, IV e V.

39. No âmbito do Direito Civil, os conceitos de prescrição e decadência são fundamentais para a compreensão dos mecanismos que limitam o exercício de ações e direitos ao longo do tempo. Esses mecanismos jurídicos têm como objetivo promover a segurança jurídica, a estabilidade das relações e a pacificação social, evitando que conflitos se perpetuem indefinidamente.

Nesse contexto, é importante diferenciar as regras e aplicações da prescrição e da decadência, especialmente no que diz respeito à possibilidade de renúncia, à interrupção e ao reconhecimento judicial. Considerando essas distinções, examine as afirmativas a seguir, que discorrem sobre a prescrição e a decadência, e identifique aquela que apresenta uma informação INCORRETA:

- a) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- b) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- c) A interrupção da decadência, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por despacho do juiz, mesmo se incompetente.
- d) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e, sendo feita, só valerá, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

40. Em uma cidade, o governo local decidiu implementar uma nova regulamentação de trânsito para melhorar a segurança e a mobilidade urbana. Essa regulamentação inclui a instalação de novos radares e a aplicação de multas mais severas para infrações graves. Contudo, a execução dessas medidas gerou controvérsia, com alegações de que a escolha dos locais para os radares e a severidade das multas não estavam proporcionalmente relacionadas aos objetivos de segurança e mobilidade. Analise as afirmações abaixo sobre o Poder de Polícia, considerando o contexto do estudo de caso:

- I. O Poder de Polícia deve estar alinhado às normas legais pertinentes, considerando tanto a competência quanto a forma de sua aplicação.
- II. O exercício do Poder de Polícia deve ser estritamente direcionado ao interesse público, e qualquer desvio de finalidade caracteriza abuso de poder, resultando na invalidade do ato e em responsabilidades nas esferas civil, penal e administrativa.
- III. O Poder de Polícia está limitado pelo princípio da proporcionalidade, o que significa que as medidas adotadas devem ser estritamente necessárias para atingir os objetivos do interesse público, sem excessos.
- IV. O Poder de Polícia pode ser restringido pela disponibilidade de recursos humanos e materiais, priorizando assim o direito dos cidadãos aos serviços públicos essenciais e evitando a implementação inadequada de suas prerrogativas. Baseado no cenário apresentado e nas afirmativas acima, identifique quais delas indicam limitações legais ao Poder de Polícia:

- a) Apenas I e IV
- b) Apenas I e III
- c) Apenas II, III e IV
- d) Apenas I, II e III